



RELATÓRIO ESPECIAL

O papel das organizações multilaterais no desenvolvimento económico e social da América Latina

Madrid, setembro 2015

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



I. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO
2. CONCEITO DE COOPERAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO
3. A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COMO PRIORIDADE DA COOPERAÇÃO E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA
4. CONCLUSÕES

A proposta do presente relatório consiste em evidenciar as contribuições realizadas pelas organizações internacionais mediante a cooperação económica internacional para o desenvolvimento. Para avaliar as contribuições destas organizações, aplicaremos uma visão ampla que contempla diferentes fatores. Por um lado, o conceito de desenvolvimento adotado pelos atores doadores e, por outro, a realidade dos países recetores, em particular na América Latina. A consideração de ambos os fatores vai permitir-nos fazer um balanço sobre as contribuições da cooperação internacional na região, respetivos erros e limitações, assim como sobre a sua superação. Este exercício de análise é importante, na medida em que é indubitável a importância da cooperação internacional como instrumento para o desenvolvimento. Por isso, não deixa de ser preocupante a marginalização dos fluxos da cooperação verificados nas últimas décadas, na América Latina, apesar de tudo indicar que se inaugura uma nova etapa, na qual a região poderá contar com o apoio de ditas organizações. Neste sentido, a reformulação do conceito de desenvolvimento e, conseqüentemente, das agendas de cooperação, tornou tudo isto possível.

Através da evolução do próprio conceito de desenvolvimento que estas organizações foram adotando, será possível entender sua atuação, a motivação de seus esforços e sem dúvida, a eficiência de suas atuações. O fracasso inicial ao pretender implantar o modelo de desenvolvimento europeu, noutras realidades, obrigou a uma reprogramação sobre quais eram os elementos que garantiam o desenvolvimento. Nem a existência de recursos, nem o seu investimento significam, de maneira mecânica, desenvolvimento. O crescimento económico tampouco garante tal desenvolvimento, pois este fator não garante necessariamente a erradicação da desigualdade ou, dentro de um sentido mais amplo, a qualidade de vida das pessoas, aspetos fundamentais também do desenvolvimento. Esta é uma experiência que a América Latina conhece muito bem.

As lições aprendidas e o debate que o conceito de desenvolvimento está a reformular desde meados do século XX, foi tornando mais complexo o próprio conceito, assim como a grande quantidade e variedade de critérios quantitativos e qualitativos que o compõem. Os debates em torno desta questão e do conceito de desenvolvimento não estão fechados, pois continuam a ser reformulados, tal como está a acontecer hoje em dia.

A própria região latino-americana reivindicou um novo conceito de desenvolvimento baseado num conceito mais amplo e complexo. O problema principal consiste em que, quando se está sujeito

“A partir de 2013 iniciou-se um processo de arrefecimento económico que está a afetar de maneira direta e plena a América Latina”

a definições restritivas, ignoramos problemas estruturais graves que afetam a região latino-americana e que, na medida em que não estão contemplados em tal definição, deixam de ser foco de atenção para as organizações de cooperação.

O ano de 2015 foi particularmente decisivo para a região em matéria de cooperação. Foi alcançado o prazo estabelecido pelas Nações Unidas, de acordo com os Objetivos do Milénio, para erradicar a pobreza no mundo. Este prazo proporcionou a oportunidade de reformular novamente o conceito de desenvolvimento, baseado no "progresso multidimensional", após comprovação das limitações e exclusões às quais a adoção de um conceito restritivo de desenvolvimento deu lugar. Esta visão multidimensional proporciona a possibilidade de contemplar mais brechas estruturais, que afetam os países de rendimento médio, como é o caso da maioria dos países da América Latina, e não só os de baixo rendimento.

Nesta evolução é interessante contemplar a capacidade de adaptação e mudanças destas organizações perante as diferentes conjunturas económicas. A partir de 2013 iniciou-se um processo de arrefecimento económico que está a afetar de maneira direta e plena a América Latina. Os prognósticos sobre a mudança de ciclo in-

dicam sérias dificuldades nas economias latino-americanas, se não adotarem determinadas medidas e estratégias que possam reformular o modelo de desenvolvimento da região. Perante esta mudança de conjuntura, propõe-se examinar qual está a ser a reação das organizações internacionais de cooperação e quais são as suas propostas, como referência para constatar a sua contribuição para o progresso da região.

2. CONCEITO DE COOPERAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Entende-se por cooperação internacional ao desenvolvimento o conjunto de atuações, realizadas por atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de rendimento com o propósito de promover o progresso económico e social dos países do Sul, de modo a torná-lo mais equilibrado relativamente ao Norte e que se torne sustentável¹. Esta definição clássica de cooperação internacional tem destacadas conotações éticas e de solidariedade que legitimam esta forma de cooperação, embora nem sempre tenham sido as únicas motivações para levá-la a cabo. As causas de tipo político ou geoestratégico também estão entre as iniciativas que impulsionam a cooperação, tanto durante a Guerra Fria como após a queda do muro de Berlim.

Este critério geoestratégico explica, após a queda do muro

¹ M. Gómez e J. A. Sanahuja, *El Sistema Internacional de Cooperación al Desarrollo*, Cideal, Madrid, 1999.

“As principais organizações multilaterais que atuam na América Latina caracterizam-se pelo seu pouco peso perante a ajuda bilateral”

de Berlim, que na medida em que a democracia se generalizou na região, foi garantida a estabilidade política e económica, e a cooperação internacional para o desenvolvimento passou a diminuir, em favor de outros lugares do mundo onde os países doadores consideraram que os seus interesses e a sua segurança seriam prejudicados pela situação política, económica ou social instável de outras áreas.

PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Neste relatório poderemos verificar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), constituída, segundo o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)² da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), pelos fluxos das agências oficiais, incluindo os governos estaduais e municipais, ou suas agências executivas. Estas ajudas estão destinadas aos países em desenvolvimento e às instituições multilaterais e, em cada operação, satisfazem as seguintes condições: a) têm como objetivo principal promover o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento e b) possuem

caráter concessionário e contêm um elemento de doação de, pelo menos, 25%.

Este tipo de cooperação pode ser realizado, além disso, de maneira bilateral ou multilateral. A primeira faz referência à realizada por governos e são doações ou créditos destinados aos governos de países recetores ou às ONGs. Por sua vez, a ajuda multilateral é levada a cabo por entidades internacionais, através dos seus próprios programas e projetos de cooperação. Focaremos a nossa análise nesta última forma de cooperação.

As principais organizações multilaterais que atuam na América Latina caracterizam-se pelo seu pouco peso perante a ajuda bilateral, sem alcançar 20% do total.

Os principais doadores são a Comissão Europeia, com quase 500 milhões de dólares e, bem mais longe, estão a ajuda financeira do Banco Mundial (BM), com 271 milhões, e a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com 258 milhões de dólares. Fora do grupo dos dez principais doadores, podemos encontrar o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas e as agências do sistema das Nações Unidas. No entanto, se

² O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento é uma organização multilateral, inserida no sistema da Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Económica (OCDE), que se dedica ao monitoramento e à avaliação das políticas de desenvolvimento dos países integrantes. Os membros do CAD, na data de edição desta publicação, são os seguintes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha (desde 1991), França, Finlândia, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Canadá, EUA, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Comissão das Comunidades Europeias.

“O Plano Marshall, além de ser um instrumento dos Estados Unidos para manter a sua área de influência, tornou-se na principal referência de cooperação”

considerarmos os montantes de Financiamento Oficial ao Desenvolvimento (FOD), os empréstimos do BM e dos Bancos regionais representaram, entre 1991 e 2002, 17% e 72%, respetivamente, dos recursos multilaterais para os países da América Latina e das Caraíbas. Na sub-região andina, a Corporação Andina de Fomento (CAF) supera o BM e ao BID. No caso deste último, dedicado exclusivamente à ajuda financeira à região, entre 1994 e 2001 os empréstimos para a redução da pobreza e a promoção da igualdade representaram 44% do total dos seus créditos³.

BREVE PERSPETIVA HISTÓRICA

É de grande utilidade realizar uma perspetiva histórica para entender as motivações impulsionam a cooperação, assim como o processo de complexidade que esta tem vindo a adquirir. O início da cooperação internacional tem origem na Guerra Fria. A implantação de uma ordem bipolar, regida pelos Estados Unidos e a União Soviética, é um elemento essencial para entender a origem da cooperação, pois esta foi vista como um instrumento para garantir as suas respetivas áreas de influência.

Neste contexto, as demandas de assistência financeira e técnica dos novos países surgidos com a descolonização terminam de impulsionar o nascimento e o desenvolvimento da cooperação internacional. Definitivamente, estas demandas, juntamente com a concorrência entre as duas potências, não só por consolidar, mas também por ampliar as suas áreas de influência, determinaram que os programas de ajuda externa fossem desde o princípio, na realidade, consequência direta dos interesses geopolíticos da ordem internacional vigente. Desta maneira, o confronto ideológico entre o Leste e o Oeste teria determinado o destino real dos fluxos de ajuda, de tal maneira que ficavam alocados de acordo com critérios geoestratégicos, buscando em último caso o estabelecimento de "zonas seguras"⁴.

Neste sentido, o Plano Marshall, além de ser um instrumento dos Estados Unidos para manter a sua área de influência, tornou-se na principal referência de cooperação, que começou no chamado Terceiro Mundo, após o processo de descolonização. Este foi um plano de desenvolvimento dos Estados Unidos para a Europa, imersa numa profunda crise económica devido aos efeitos

³ Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) das Nações Unidas: *World Economic and Social Survey 2005*, <http://www.un.org/esa/policy/wess>. Em relação às entidades que prestam grande ajuda à região, http://ec.europa.eu/index_es.htm; BM, <http://www.bancomundial.org/>, BID, <http://www.iadb.org/es/banco-interamericano-de-desarrollo,2837.html>, CAF, <http://www.caf.com/>, Banco de Desenvolvimento do Caribe, <http://www.caribank.org/>.

⁴ K. Griffin, K, *Foreign Aid and the Cold War* en *Development and Change*, Vol. 22, 1991, pp. 645 – 85.

“Este período é decisivo para a consolidação da cooperação, pois foi quando começaram a ser criadas instituições e órgãos fundamentais para a sua futura projeção”

devastadores da Segunda Guerra Mundial. No entanto, como repetidas vezes se evidenciou, este modelo de cooperação respondia a uma estrutura económica, política, social e cultural correspondente à Europa do pós-guerra que nada tinha a ver com a dos países recém-criados após o processo de descolonização. A Europa, embora arruinada, era uma realidade industrializada que contava com tecnologia própria e mão de obra qualificada, e o Plano Marshall era aplicável a esta realidade, mas não a outras. Apesar de tudo e com ele transformado no primeiro modelo de desenvolvimento, os países voluntários aplicaram-no de maneira mecânica e persistente em realidades radicalmente diferentes.

EVOLUÇÃO NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A complexidade da realidade demonstrou a impossibilidade de aplicar receitas de maneira mecânica e com caráter universal. Esta circunstância explica, em boa parte, o processo de evolução que experimentou o mesmo conceito de desenvolvimento. Os sucessivos fracassos na tentativa de incorporar os países do Terceiro Mundo ao mundo desenvolvido obrigaram à reformulação deste conceito a fim de conseguir maior eficiência na cooperação internacional.

PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO

A abordagem desenvolvimentista da década de 50 dava como

certo que o desenvolvimento económico era alcançado mediante uma receita única, válida para todas as realidades, que não era outra senão a dos países desenvolvidos. O principal teórico do desenvolvimentismo, Walter Whitman Rostow, estabelecia uma periodização para o desenvolvimento que, na realidade, reproduzia as pautas e processos experimentados pelos países ocidentais industrializados.

Os objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento neste período perseguiram a configuração de sociedades industriais, cuja prioridade básica deveria ser o crescimento económico. Este é o segundo pressuposto das teorias desenvolvimentistas, a associação entre crescimento económico e desenvolvimento. Desta maneira, a pretensão da cooperação era impulsionar o crescimento económico, pois desta maneira, supostamente, garantia o seu desenvolvimento.

Este período é decisivo para a consolidação da cooperação, pois foi quando começaram a ser criadas instituições e órgãos fundamentais para a sua futura projeção. Na Conferência de Bandung de 1955, surge o Movimento dos países não-alinhados, no seio do qual se divulga a necessidade de reformar o sistema económico internacional e que manifestaria os seus resultados na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) em 1964 e na criação do Grupo dos 77. Também foi determi-

“A criação da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (Cepal) em 1948, foi especialmente significativa para a América Latina”

nante para o protagonismo da cooperação multilateral a criação de agências especializadas ligadas às Nações Unidas, tais como a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A criação da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (Cepal) em 1948, foi especialmente significativa para a América Latina no que diz respeito aos estudos económicos e sociais de desenvolvimento na região⁵. Em todas estas iniciativas, a influência do desenvolvimentismo é evidente, por isso a cooperação ao desenvolvimento teria uma dimensão fundamentalmente económica e o objetivo seria o crescimento.

Neste contexto e sob a mesma conceção, nos anos 60 surge a Aliança para o Progresso (Alpro), projeto de cunho reformista dirigido por Kennedy, e como consequência direta funda-se o Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) em 1959. Programa de financiamento que se entendeu como o Plano Marshall para a América Latina, embora não com os mesmos recursos e com uma aplicação muito desigual na região.

O FOCO NO BEM-ESTAR DAS PESSOAS COMO NOVO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO

Nos anos 70, após duas décadas de crescimento, está mais que comprovado que o desenvolvimento não é alcançado, necessariamente, mediante o crescimento, o que significava que a cooperação para o desenvolvimento não tinha funcionado como motor de desenvolvimento, na medida em que a lacuna entre os países ricos e pobres tinha inclusivamente aumentado. Por isso, sem renunciar ao desenvolvimento económico, começa-se a prestar atenção à questão redistributiva, com o "enfoque das necessidades básicas". Com isto, ficou provado de maneira científica e definitivamente que qualquer proposta de desenvolvimento que não contemple a pobreza, a desigualdade e o desemprego não pode garantir o desenvolvimento.

Com esta nova perspetiva, em 1974, publica-se o trabalho *Redistribuição com Crescimento*⁶ com a aprovação do Banco Mundial. Nesta publicação, considera-se imprescindível a redistribuição da riqueza rumo aos trabalhadores mais desfavorecidos e a atenção aos mais pobres mediante o desenvolvimento de serviços sociais. De fato, o Banco Mundial começa a abordar novas preocupações além de infraes-

⁵ <http://www.cepal.org/es>. Sobre a Cepal, R. Bielchowski, *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL. Textos seleccionados*, Vol.1, Santiago do Chile, CEPAL, 1998.

⁶ H. B. Chenery, et al, *Redistribution with Growth*, Oxford University Press, London, New York, 1974.

“Na década de 90
verifica-se uma
mudança de paradigma
do desenvolvimento
humano que deu
origem a uma mudança
transcendental no
próprio conceito de
desenvolvimento”

truturas, energia ou transporte, pois também começa a considerar a educação, a saúde ou a luta contra a pobreza como chaves para conseguir o desenvolvimento. Apesar das limitações destas novas propostas, a contribuição e modificação proporcionadas pela cooperação são, no entanto, inegáveis.

Apesar de tudo, os projetos continuam a ser realizados de cima para abaixo e sem ouvir a opinião, ou escutar as necessidades expressadas pelos países recetores.

OS ANOS 80: A DÉCADA PERDIDA

A crise da dívida externa, que afetou particularmente a América Latina, deu origem à adoção de políticas baseadas em ajustes estruturais e reformas económicas baseadas no chamado Consenso de Washington, cujas abordagens fundamentais consistiam na redução do deficit público, liberalização económica, abertura aos mercados externos e predomínio das forças do mercado como principal força reguladora. Isto implicou uma inibição da atuação do Estado e a redução do seu tamanho e serviços, mediante privatizações, à mínima expressão. Os órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial, promoveram este tipo de políticas ao condicionar a concessão da AOD à realização de planos de ajustes elaborados de acordo com estas políticas.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS OBJETIVOS DO MILÉNIO

Na década de 90 verifica-se uma mudança de paradigma do desenvolvimento humano que deu origem a uma mudança transcendental no próprio conceito de desenvolvimento e consequentemente na maneira de realizar a cooperação rumo ao desenvolvimento. O objetivo já não é o crescimento económico, mas o ser humano. Daí a melhor maneira de conseguir o desenvolvimento ser potencializar e ampliar as oportunidades das pessoas. Agora as pessoas já não são o meio para outras finalidades como o crescimento económico, passando a ser a finalidade em si mesma do próprio desenvolvimento.

Este primeiro avanço na mudança do conceito do desenvolvimento favorece uma evolução que tem a sua expressão máxima na Declaração do Milénio. De acordo com as abordagens desta Declaração, foram estabelecidos, em matéria de cooperação, oito objetivos chamados Objetivos do Milénio (ODM), estipulados pela ONU, em 2000. Estes objetivos⁷ concentram o esforço, fundamentalmente, na erradicação da pobreza, o que leva, necessariamente, à adoção de um conceito multidimensional do desenvolvimento, adotado não só pela ONU, mas também pelos restantes órgãos de cooperação para o desenvolvimento. Todos estes órgãos assumiram, igualmente, uma forma diferente de propor a cooperação. Com isso, pôs-se fim à suposição da existên-

⁷ <http://www.un.org/es/millenniumgoals/>

**“A partir do ano 2000,
fez-se patente um
acentuado viés da
concessão de AOD a
nível mundial a favor
dos países de receita
baixa e dos países
menos desenvolvidos”**

cia de uma receita universal para atingir o desenvolvimento.

De acordo com o destacado anteriormente, a transformação da cooperação é transcendental para poder avaliar a sua eficácia; um problema que também foi submetido a um longo e profundo debate. A preocupação com esta questão ficou latente na Declaração de Paris em março de 2005⁸. Um documento que conta com a assinatura de 90 países do Norte e do Sul, além da dos representantes de 27 organizações de assistência de todos os países doadores. No entanto, e além desta discussão e dos problemas que dificultam a eficácia e os efeitos da cooperação internacional, há um consenso generalizado relativamente a que, neste período de globalização, a cooperação é o principal instrumento de solidariedade internacional para contribuir para o desenvolvimento⁹.

3. A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COMO PRIORIDADE DA COOPERAÇÃO E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Visto o processo de evolução do conceito de desenvolvimento que foi transformando a cooperação internacional, a pergunta é: quais foram as suas implicações para a região? Se atendermos à fórmula desenvolvimentista, como já pudemos comprovar, o crescimento económico não significou uma

diminuição da pobreza e da desigualdade e, na América Latina, a aplicação destas estratégias de desenvolvimento também não tiveram grandes resultados, pois não foi resolvida a questão da desigualdade, principal desafio que a região ainda hoje deve resolver.

Neste sentido, a evolução experimentada rumo a um conceito de desenvolvimento, baseado nas pessoas e de acordo com uma perspectiva multidimensional, só poderia beneficiar a região, pois iria permitir pôr em evidência os seus problemas estruturais. No entanto, se observarmos os dados relacionados com as contribuições da cooperação internacional nos últimos anos, a queda sofrida é evidente.

Em termos de Receita Interna Bruta regional, a AOD destinada à América Latina e Caraíbas deixou de representar mais de 1% na década de 1960 para representar 0,4% na década de 1990 e 0,22% atualmente (ver gráfico 3). Este padrão de atribuição da assistência oficial para o desenvolvimento, baseado no nível de receita e inclinado em direção aos países com receitas inferiores, viu-se, em parte, reforçado pelo impulso dado pelo sistema de cooperação internacional à obtenção dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tanto que muitas vezes o rendimento per capita e os indicadores de ODM mostram uma estreita rela-

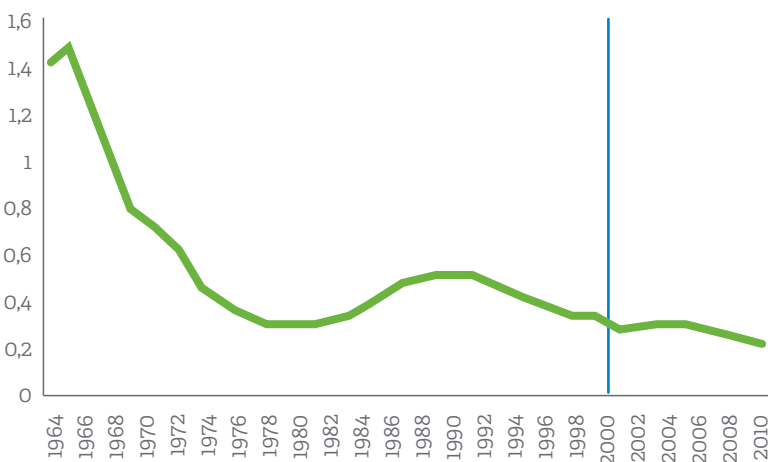
⁸ <http://www1.worldbank.org/harmonization/Paris/ParisDeclarationSpanish.pdf>.

⁹ Sobre o debate entorno das limitações da cooperação internacional, Alejandra Boni Aristizabal, *El sistema de la cooperación internacional al desarrollo. Evolución histórica y retos actuales*, Cuadernos De Cooperación Para El Desarrollo, Núm. 1, Centro De Cooperación al Desarrollo, Editorial Universitat Politècnica de València, 2010, pp. 7-49.

ção. Assim, a partir do ano 2000, fez-se patente um acentuado viés da concessão de AOD a nível mundial a favor dos países de

receita baixa e dos países menos desenvolvidos. Este viés, tal como se viu, ocorreu em detrimento dos países classificados como de rendimento médio, que cada vez recebem uma proporção menor da assistência.

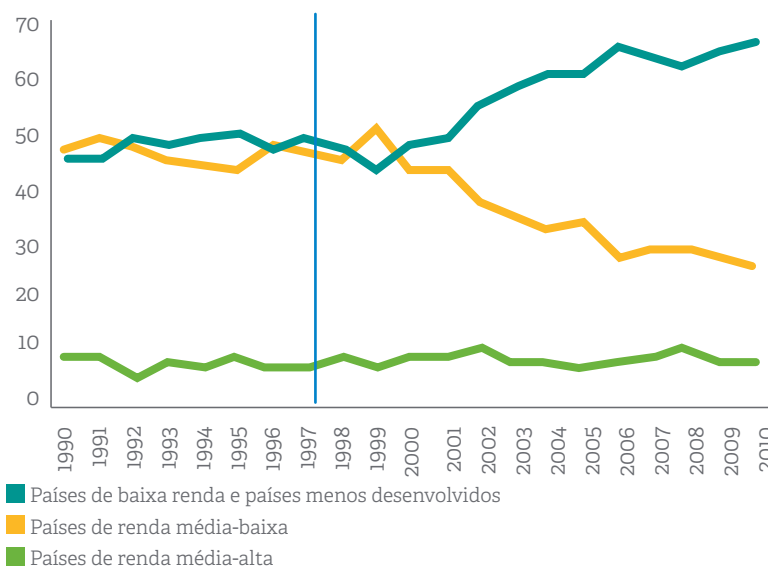
Desembolsos líquidos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para a América Latina e Caribe em percentagem do INB, 1964-2010 (movimentos médios de 5 anos em percentagem)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de informação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE)

A queda como recetora de AOD é evidente: durante a década de 1960, a região recebia em média 14% do total da AOD destinada aos países em desenvolvimento, enquanto atualmente o número ronda 8%. Dos 131 biliões de dólares desembolsados para os países em desenvolvimento em 2010, a região obteve somente 10,8 biliões de dólares.

A participação dos países nos fluxos totais de Assistência Oficial ao Desenvolvimento(AOD), segundo categoria de entradas, 1990-2010 (em percentagem)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de informação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE)

A comparação com outras regiões permite observar de maneira mais evidente como a adoção do nível de receita como critério para concessão de ajuda internacional dá lugar à perda de recursos da AOD na América Latina ao ser considerada uma região composta por países de rendimento médio. Em 1990, os países de rendimento médio recebiam em média uma maior porção da assistência oficial comparativamente aos países de receitas inferiores (55% e 45% do total dos fluxos da AOD respetivamente). Em 2010, a participação dos países de rendimento médio diminuiu significativamente, na medida em que receberam metade da AOD destinada aos países de baixas receitas e menos desenvolvidos.

Com efeito, seguindo a evolução dos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento entre 1990-2010, podemos comprovar que esta se concentra de ma-

América Latina e Caribe: classificação de países segundo o Banco Mundial e o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

		BANCO MUNDIAL	CAD	SUBREGIÓN
1	BAHAMAS	RENDA ALTA	PAÍS DESENVOLVIDO	O CARIBE
2	BARBADOS	RENDA ALTA	PAÍS DESENVOLVIDO	O CARIBE
3	TRINIDADE E TOBAGO	IRENDA ALTA	PAÍS DESENVOLVIDO	O CARIBE
4	ANTÍGUA E BARBUDA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
5	ARGENTINA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
6	BRASIL	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
7	CHILE	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
8	COLOMBIA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
9	COSTA RICA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
10	CUBA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
11	DOMINICA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
12	ECUADOR	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
13	GRANADA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
14	JAMAICA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
15	MÉXICO	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
16	PANAMÁ	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
17	PERÚ	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
18	REPÚBLICA DOMINICANA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
19	SÃO VICENTE E GRANADINAS	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
20	SAINTE KITT E NEVIS	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
21	SANTA LUCÍA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
22	SURINAME	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	O CARIBE
23	URUGUAY	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
24	VENEZUELA (REPÚBLICA BOLIVARIANA DA)	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-ALTA	AMÉRICA LATINA
25	BELICE	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	O CARIBE
26	BOLÍVIA (ESTADO PLURINACIONAL DA)	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
27	EL SALVADOR	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
28	GUATEMALA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
29	GUYANA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	O CARIBE
30	HONDURAS	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
31	NICARAGUA	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
32	PARAGUAY	RENDA MÉDIA-ALTA	PAÍS EM DESENVOLVIMENTO, RENDA MÉDIA-BAIXA	AMÉRICA LATINA
33	HAÍTI	RENDA BAIXA	PAÍS MENOS DESENVOLVIDO	AMÉRICA LATINA

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de S. Tezanos Vázquez, "Conglomerados de desenvolvimento na América Latina e Caribe: uma aplicação ao análise da distribuição da ajuda oficial ao desenvolvimento", série Financiamento do desenvolvimento, Santiago do Chile, 2012, na imprensa; e Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD). "DAC List of ODA Recipients". 2011 (on line) <http://www.oecd.org/dac/stats/daclist>

neira crescente na categoria de receitas inferiores. Em 1990, cerca da metade dos fluxos de AOD se destinaram a países de baixas receitas e países menos desenvolvidos. Esta tendência se aguça na década de 2010, quando aumentam os fluxos de AOD rumo a estes países, chegando a concentrar mais de 65% da assistência nos mesmos.

Esta queda explica-se pela adoção do nível de receita como critério para concessão de assistência oficial. Com a adoção de tal critério, conseqüentemente, a maior parte da ajuda é destinada aos países de receitas inferiores. Este critério de discriminação no momento de conceder recursos deixou de consolidar-se pela tentativa da AOD de atingir os Objetivos do Milênio (ODM). Isso explica a queda das contribuições para o desenvolvimento na região, já que esta é uma área de rendimento médio e não é pobre. De acordo com esta consideração, tomando como referência as receitas internas brutas dos países latino-americanos, a AOD destinada à região passou de 1%, na década de 1960, para 0,4%, na década de 1990, e a 0,22% atualmente. A erradicação como meta principal dos ODM, em 2000, coincide com a queda ainda mais acentuada da ajuda prestada pela AOD à região.

Com isso, pode se dizer que em termos gerais a adoção da lacuna estrutural da renda per capita prejudicou a América Latina, por ser uma região de rendimento médio. Se, além disso, nos focarmos na ajuda concedida a cada país latino-americano, poderão ser

“Nos últimos anos, começamos a duvidar inclusive da continuidade hegemónica do mundo ocidental, com os Estados Unidos como líder”

observadas profundas diferenças, já que o nível de receita volta a ser usado também como critério discriminatório para direcionar a ajuda oficial, aspeto que gera extraordinárias desigualdades na divisão da ajuda concedida à região. Assim, por exemplo, em termos de receita interna bruta, a contribuição da AOD foi muito relevante neste período em Haiti e Nicarágua (acima de 15% da receita interna bruta), seguidos por Domínica e Bolívia (acima de 5% em ambos os casos). Por outro lado, a contribuição foi muito modesta para os restantes países –em 16 dos 30 países, não alcançou 1% do PIB–. Estas distintas perceções da AOD destacam-se ainda mais em termos populacionais: sete países –a maioria com população reduzida– recebem contribuições superiores a 150 dólares por pessoa (Domínica, Granada, Guiana, Nicarágua, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas e Suriname). Por outro lado, a contribuição aos dois países com maior população da região (Brasil e México) não alcança 1,5 dólar per capita¹⁰.

Quanto aos âmbitos de cooperação onde os recursos se orientaram, é evidente a preocupação em acompanhar os Objetivos do Milénio (ODM), pois teria havido um desvio rumo a áreas de cooperação de infraestrutura social quando, anteriormente, os maiores investimentos teriam sido dedicados à infraestrutura económica e ao desenvolvimento em geral.

OS "PREJUÍZOS" DE SER UMA REGIÃO DE RENDIMENTO MÉDIO FACE OS ODM

O mundo atual é de extraordinária complexidade, começou a mudar a grande velocidade a partir do fim da Guerra Fria e a realidade atual está cheia de incertezas e processos de mudanças que transformaram as referências tradicionais. O mesmo vale para o conceito de potências. Tanto que, nos últimos anos, começamos a duvidar inclusive da continuidade hegemónica do mundo ocidental, com os Estados Unidos como líder. O forte crescimento das chamadas potências emergentes e das suas pretensões de exercer uma influência internacional justifica, em boa parte, estas dúvidas. Apesar de ser importante observar que estes novos atores não cumprem os requisitos tradicionais para serem considerados como potências, são países que experimentaram, no século XXI, um crescimento espetacular e uma grande presença internacional, embora sofram com sérios problemas, se não de pobreza extrema, de pobreza regular e de desigualdade.

A América Latina não está alheia a estas mudanças, às novas tendências de distribuição de poder da comunidade internacional e ao seu visível deslocamento rumo à Ásia-Pacífico. De fato, a região também é considerada como emergente, já que au-

S. Tezanos Vázquez, *Conglomerados de desarrollo en América Latina y el Caribe: Una aplicación al análisis de la distribución de la ayuda oficial al desarrollo, serie Financiamiento del desarrollo*, Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2012.

**“Onde 10% da população
concentra 48% do
rendimento total,
enquanto 10% dos
mais pobres apenas
conseguem 1,5%”**

mentou o seu peso económico e político com países como o Brasil, com aspirações de ser líder regional e de reforçar a sua influência global. A aspiração latino-americana é a de se configurar como um ator regional autónomo que procura alcançar maior presença nas estruturas emergentes da governação global.

O crescimento experimentado na década 2003-2013 teve efeitos positivos reduzindo alguns dos problemas estruturais históricos do desenvolvimento latino-americano, embora implique outros, como os dos próprios de países de rendimento médio (PRM)¹¹. A principal armadilha é que, apesar deste crescimento ter melhorado a situação da região e aliviado problemas estruturais históricos, também contribuiu para que a mesma tenha ficado marginalizada dos fluxos da cooperação internacional. No entanto, e apesar desta melhora, não significa que a região não sofra de sérios problemas estruturais que impedem o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento não pode ser restringido a uma única variável, principalmente para uma área que é integrada por realidades muito heterogéneas, segundo os casos, poderia dizer-se que inclusive díspares. Esta enorme diversidade contempla realidades sociais, económicas e políticas muito diferentes. No entanto, a sua respetiva consideração segun-

do o nível de receita uniformiza e simplifica toda esta diversidade, sem ter em conta que muitos países de rendimento médio têm problemas muito parecidos com os dos países classificados como de rendimento baixo. A comparação de dados com outras regiões pode ajudar a evidenciar as carências e as dificuldades dos países latino-americanos que, apesar do crescimento do nível de rendimento per capita, não foram resolvidos. Concretamente, a desigualdade é um problema histórico que persiste na atualidade apesar do crescimento dos últimos anos e das melhoras obtidas. Como a própria Comissão Europeia evidenciou, a realidade da região apresenta os piores indicadores do mundo em desigualdade, onde 10% da população concentra 48% do rendimento total, enquanto 10% dos mais pobres apenas conseguem 1,5%. A título de comparação, nos países industrializados 10% dos mais ricos concentram 29% do rendimento, enquanto os 10% mais pobres têm 2,5%. O problema da desigualdade e da pobreza agrava-se com a exacerbação das dificuldades sofridas pelos amplos setores da população que não têm acesso a serviços públicos de carácter básico (saúde, educação, etc.), ao mercado de trabalho, ao sistema financeiro ou às instituições políticas e jurídicas.

Por este motivo, a Comissão Económica para a América Latina e

¹¹ J. A. Sanahuja, *América Latina, más allá de 2015: escenarios del desarrollo global y las políticas de cooperación internacional*, en S. Arriola, R. Garranzo y L. Ruiz Jiménez (coords.), *La renovación de la Cooperación Iberoamericana. Transformaciones para una agenda post-2015*, SEGIB-AECID, Madrid, 2013.

“É preciso levar a cabo uma nova reformulação do conceito de segurança, com um enfoque que determine as vulnerabilidades a partir das diferentes lacunas estruturais”

as Caraíbas (Cepal) propuseram um novo enfoque mediante o qual seja possível evidenciar as vulnerabilidades e necessidades que os países de rendimento médio também têm e que, pelo fato de sê-lo, ficaram marginalizados dos fluxos da cooperação oficial internacional. Para isso, é imprescindível analisar os desafios próprios de cada um dos países. Neste sentido, é necessária uma nova agenda de cooperação que contemple o desenvolvimento inclusivo¹².

OS DESAFIOS DA REGIÃO FACE UM NOVO CICLO DE DESACELERAÇÃO E AS SUAS OPORTUNIDADES RELATIVAMENTE À AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

O ano de 2015 foi estabelecido como a data para o cumprimento dos ODM. Daí que a ONU tenha iniciado um amplo diálogo e rodada de consultas internacionais para que, em setembro deste ano, quando todos os países-membros se reunirem na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, seja possível fixar uma nova agenda de desenvolvimento. A orientação inclusiva que ao parecer vai ser definitivamente adotada por esta agenda, pode sem dúvida representar uma oportunidade para a América Latina, já que, sob esta perspectiva, ficaria incluída dentro dos fluxos da AOD.

Esta possibilidade parece particularmente oportuna, já que coincide com o início de um

ciclo económico para a região, marcado pelo arrefecimento económico, após uma década de forte crescimento. Esta nova conjuntura faz temer a perda das conquistas alcançadas e a deterioração da situação das novas classes médias, assim como a deterioração das classes mais desfavorecidas, apesar de serem países de rendimento médio.

Sem dúvida, neste momento, a AOD pode representar uma contribuição fundamental para evitar um passo atrás na região e superar as brechas estruturais que a nova agenda poderia trazer.

A ADOÇÃO DE UMA NOVA AGENDA PÓS-2015, DE ACORDO COM UMA VISÃO INCLUSIVA

Para que a América Latina concentre a atenção da cooperação internacional, é preciso levar a cabo uma nova reformulação do conceito de segurança, com um enfoque que determine as vulnerabilidades a partir das diferentes lacunas estruturais. Desta maneira, será possível contemplar os problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento, mesmo sendo países de rendimento médio. Ao contrário de como se tem vindo a insistir, a adoção de uma única lacuna, como a das receitas, não serve para refletir a natureza polifacetada do desenvolvimento, nem os verdadeiros desafios estruturais que a América Latina e as Caraíbas vão ter de enfrentar.

¹² Os países de renda média, Cepal, <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/10649es.pdf>.

Seguindo a proposta da Cepal, "para conseguir o desenvolvimento, é preciso superar os atrasos produtivos endémicos mediante a inovação e o investimento em capital físico e, fundamentalmente, humano, a fim de aumentar a produtividade e a competitividade sistémica, além de fortalecer as instituições e consolidar as democracias. Definitivamente, é preciso superar uma quantidade de obstáculos –ou, de maneira mais precisa,

lacunas estruturais do desenvolvimento– que ainda persistem e que não só dificultam o crescimento económico dinâmico e sustentável dos países da região, como também limitam a possibilidade de transitar rumo a economias e sociedades mais inclusivas. Entre estas lacunas estão as da I) receita por habitante, II) desigualdade, III) pobreza, IV) investimento e economia, V) produtividade e inovação, VI) infra-estrutura, VII) educação, VIII)

América Latina e Caribe (21 países): Localização dos países de renda média de acordo com as diferentes diferenças

	Brecha de renda por habitante	Fosso de desigualdade	Fosso da pobreza	Fosso no investimento e poupança		Fosso da produtividade e da inovação		Fosso da infra-estrutura	Brecha da educação	Brecha de saúde	Brecha da fiscalidade	Fosso entre géneros	Brecha medioambiental
				investimento	poupança	produtividade	inovação						
↑	NIC	COL	HND	BOL	GUY	NIC	DOM	GUY	GTM	GTM	GTM	GTM	HND
	GUY	HND	NIC	GUY	BLZ	BOL	SLV	NIC	NIC	HND	CRI	GUY	NIC
	HND	BOL	COL	NIC	SLV	PRY	HND	JAM	VEN	BOL	DOM	HND	SLV
	BOL	BLZ	BOL	PRY	NIC	GUY	PRY	BOL	HND	NIC	SLV	NIC	GTM
	PRY	BRA	BLZ	GTM	PAN	HND	GTM	DOM	DOM	PRY	PER	BLZ	ECU
	GTM	GTM	GTM	HND	GTM	PER	NIC	COL	BRA	PER	MEX	PAN	PRY
	SLV	PAN	GUY	SLV	DOM	ECU	ECU	HND	SLV	PAN	PRY	SLV	ARG
	BLZ	CHL	SLV	ECU	JAM	SLV	BOL	URY	COL	GUY	ÂN	COL	PAN
	PER	NIC	PER	PER	URY	GTM	PER	GTM	PRY	MEX	HND	DOM	BLZ
	ECU	PRY	DOM	DOM	BRA	BRA	BLZ	BLZ	ECU	JAM	BLZ	BOL	VEN
	DOM	MEX	ECU	BLZ	CRI	COL	GUY	CRI	MEX	ARG	CHL	PRY	BRA
	JAM	CRI	PRY	JAM	COL	PAN	COL	PRY	CRI	BLZ	COL	ECU	BOL
	COL	ECU	VEN	COL	PER	URY	JAM	ECU	URY	VEN	ECU	JAM	MEX
	BRA	DOM	BRA	BRA	BOL	DOM	PAN	VEN	GUY	SLV	JAM	BRA	COL
	CRI	PER	PAN	URY	PRY	VEN	VEN	SLV	BOL	COL	GUY	MEX	PER
	PAN	SLC	MEX	PAN	HND	JAM	CRI	BRA	ARG	BRA	ARG	VEN	JAM
	URY	ARG	JAM	CRI	CHL	ARG	MEX	PER	BLZ	DOM	BOL	PER	DOM
	VEN	JAM	CRI	MEX	ARG	CRI	BRA	MEX	PAN	ECU	NIC	CHL	GUY
	ARG	GUY	ARG	VEN	MEX	BLZ	URY	PAN	JAM	CRI	URY	ARG	CRI
	CHL	VEN	URY	CHL	ECU	CHL	ARG	ARG	PER	URY	VEN	CRI	CHL
↓	MEX	URY	CHL	ARG	VEN	MEZ	CHL	CHL	CHL	CHIL	BRA	URY	URY

Fonte: Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base do Banco Mundial. World Development Indicators (base de dados online) <http://devdara.worldbank.org/dataonline/>.

Nota: ARG: Argentina, BOL: Bolívia (Estado Plurinacional de), BRA: Brasil, CRI: Costa Rica, CHL: Chile, DOM: República Dominicana, ECU: Ecuador, GTM: Guatemala, GUY: Guayana, HND: Honduras, JAM: Jamaica, MEX: México, NIC: Nicarágua, PAN: Panamá, PER: Perú, PRY: Paraguai, SLV: El Salvador, URY: Uruguai, VEN: Venezuela (República Bolivariana de). Os indicadores especificados na Tabela 4 foram variáveis representativas (proxy) para cada um deles são lacunas. No caso de a diferença de imposto, o acordo foi feito considerando-se apenas indicador de receita.

“Tudo isto permite concluir que não é possível formular "receitas" universais de desenvolvimento e que, se estas fossem aplicadas, através da cooperação, fracassariam novamente”

saúde, IX) tributação, X) género e XI) meio ambiente¹³.

A incorporação destas outras lacunas incorpora problemas que, no caso da América Latina, constituem os principais problemas do desenvolvimento da região.

Depois de ter estabelecido as necessidades de desenvolvimento dos países, a Cepal realizou uma análise com a qual quantificou a magnitude destes problemas por países e constatou que não se pode equiparar o nível de receita com o nível de desenvolvimento, já que um aumento do primeiro e uma redução da diferença de receita não significam necessariamente uma melhora das restantes lacunas. E isto não é tudo: também é possível comprovar que o peso das mais variadas lacunas é diferente para cada país, o que torna necessária uma análise particular. De modo que, enquanto em alguns casos certas lacunas têm um peso determinante, estas mesmas, em outros países, não pesam tanto. Tudo isto permite concluir que não é possível formular "receitas" universais de desenvolvimento e que, se estas fossem aplicadas, através da cooperação, fracassariam novamente. Muito pelo contrário, é preciso identificar onde estão as maiores vulnerabilidades e desafios em cada caso.

Para isso, é imprescindível estabelecer um diálogo com os países recetores e que estes assumam um papel ativo em

determinar os objetivos de desenvolvimento. São eles que devem identificar quais são os seus principais desafios. Sem esta participação, não é possível realizar uma agenda de desenvolvimento que, em vez de uniformizar os problemas estruturais, inclua a especificidade de cada caso.

CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA AGENDA QUE BENEFICIA A AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS

Esta nova abordagem foi assumida pela região latino-americana, tendo ficado formalizada durante a Consulta Regional da América Latina e as Caraíbas sobre Financiamento do Desenvolvimento, que teve lugar em agosto de 2000, na sede da Cepal, em Santiago do Chile. Nesta reunião, representantes governamentais e especialistas pediram que o sistema de cooperação internacional adotasse uma agenda multidimensional face os desafios do desenvolvimento, que não só esteja orientada para as necessidades dos países de baixa receita, como também considere as diversas necessidades e vulnerabilidades dos países de rendimento médio.

De acordo com as propostas da Cepal neste mesmo fórum, a sua secretária, Alicia Bárcena, reiterou que "O conceito de desenvolvimento não só deve ser focado nos países de receita baixa. Este é um conceito amplo, que atinge o grosso das economias emergentes e os denominados países de

¹³ CEPAL, *La hora de la igualdad: Brechas por cerrar, caminos por abrir* (LC/G.2432 (SES.33/3)), Santiago de Chile, 2010.

“Lições aprendidas sobre as limitações que a agenda dos ODM apresentava também parecem mais que claras”

rendimento médio"... "Os níveis atuais de AOD não são suficientes"¹⁴, acrescentando que "o critério de concessão tanto da AOD como dos fluxos de financiamento públicos e privados, que inclui a 'graduação' segundo a receita média não é o adequado porque não capta a natureza complexa do desenvolvimento"¹⁵.

"Não basta mais crescimento económico para continuar a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina e nas Caraíbas". Esta foi uma mensagem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), na primeira Reunião do Conselho Assessor do Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2016 sobre Progresso Multidimensional, que reuniu mais de 20 autoridades entre ministros, senadores, académicos e os líderes das principais organizações multilaterais da região. "Está claro que "mais do mesmo" em crescimento –e em políticas públicas– não rende mais do mesmo em redução de pobreza e desigualdade," disse a Subsecretária geral da ONU e Diretora do Pnud para a América Latina e Caraíbas, Jessica Faieta, neste fórum. Aprofundando-se nesta abordagem, a Subsecretária declarou ainda que "Um maior crescimento económico não conduz necessariamente a um maior

*progresso social: temos que ter políticas diferentes, também no momento em que os recursos fiscais se esgotam, para expandir as redes de proteção social"*¹⁶.

Neste sentido, as lições aprendidas sobre as limitações que a agenda dos ODM apresentava também parecem mais que claras. Por este motivo, o Pnud enfatiza que o bem-estar das pessoas é "mais que a receita", com um apelo para que os líderes da região se foquem no "progresso multidimensional". Isso significa investir em capacidades para a inserção laboral, em sistemas financeiros que não levem a um super endividamento dos pobres e na redução das diferenças de género. Neste mesmo sentido, e de maneira muito expressiva, Gonzalo Robles, secretário-geral de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do governo da Espanha, considera que "Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio nos ensinaram que, além do crescimento, as ações de desenvolvimento devem abordar aspetos multi dimensionais de bem-estar"... "Apesar das conquistas sociais da última década, os sistemas de proteção social não constituem redes universais que cubram o acesso ao trabalho digno, saúde, educação e proteção ao longo de todo o ciclo de vida".

¹⁴ Esta explicação também é abordada em *Financiamiento para el desarrollo en América Latina y el Caribe. Un análisis estratégico desde la perspectiva de los países de renta media*, 2015, http://www.financiaciondesarrollo.org/S1500127_es.pdf

¹⁵ <http://www.cepal.org/es/comunicados/paises-de-america-latina-y-el-caribe-llaman-repensar-el-sistema-de-cooperacion>.

¹⁶ http://www.sv.undp.org/content/el_salvador/es/home/presscenter/pressreleases/2015/02/20/con-crecimiento-economico-no-basta-dice-el-pnud-con-un-llamado-hacia-el-progreso-multidimensional-.html, febrero, 2015.

“Nesta conjuntura do mercado internacional, os efeitos nas economias latino-americanas foram imediatos”

Com esta reformulação da agenda de desenvolvimento, o Pnud prepara o seu Relatório de Desenvolvimento Humano para a América Latina e Caraíbas 2016 sobre Progresso Multidimensional, que também vai incluir recomendações de políticas públicas que reflitam a nova agenda global de desenvolvimento, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável lançados em setembro de 2015 durante a Assembleia geral da ONU em Nova York. Sem dúvida, a nova agenda que se configura, de acordo com o novo enfoque apresentado, vai incluir os países de rendimento médio. Cabe esperar, portanto, um aumento dos fluxos de cooperação e um maior apoio ao desenvolvimento por parte da AOD na região latino-americana.

A OPORTUNA REORIENTAÇÃO DOS FLUXOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NUM MOMENTO DE ARREFECIMENTO ECONÓMICO NA AMÉRICA LATINA

Em nenhum momento a região, apesar de ter desenvolvido mecanismos de cooperação Sul-Sul, pretendeu desistir da AOD internacional, por entender que a cooperação realizada entre países latino-americanos, cooperação Sul-Sul¹⁷, era um complemento à necessária cooperação internacional, e não uma substituição à

AOD¹⁸. Esta cooperação, de acordo com a nova conjuntura económica iniciada na região, pode ser particularmente oportuna.

Os relatórios da Cepal e do Banco Mundial sugerem que a América Latina se pode unir à tendência recessiva global, na medida em que se vê afetada pela crise europeia e pela queda da demanda das matérias-primas por parte da China. A principal preocupação neste momento é o retrocesso das principais conquistas alcançadas, devido às fragilidades do modelo de desenvolvimento que tornou possível o recente período de bonança. Na realidade, este modelo esteve baseado fundamentalmente na exportação de matérias-primas e commodities, como o petróleo e o cobre. Uma forma de crescimento que torna extraordinariamente vulnerável a região perante as mudanças de conjuntura do mercado, como é o caso, ao diminuir a demanda de produtos e/ou cair o preço do petróleo.

Nesta conjuntura do mercado internacional, os efeitos nas economias latino-americanas foram imediatos. A região completou, em 2014, seu quarto ano consecutivo de desaceleração, e as previsões para este ano, tanto do FMI como da Cepal, superam, por pouco, 1% do aumento do PIB

¹⁷ Para a definição de cooperação Sul-Sul, <http://sursur.sela.org/qu%C3%A9-es-la-css/conceptos-de-la-cooperaci%C3%B3n-sur-sur/>. Também ver *Mapeo del apoyo multilateral para la cooperación sur-sur en América Latina y el Caribe: hacia enfoques de colaboración*, PNUD, 2012, <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/10661es.pdf>.

¹⁸ <http://www.cepal.org/es/comunicados/paises-de-america-latina-y-el-caribe-llaman-repensar-el-sistema-de-cooperacion>, abril 2012.

“Dos 600 milhões de habitantes, 170 milhões são considerados pobres”

regional de média. Uma situação que contrasta com dados recentes que põem em evidência o boom económico vivido, já que, entre o início do século e o ano de 2012, o PIB regional aumentou 80% –amparado pelo boom das matérias-primas–, a classe média cresceu quase 50%, –amenizando o fato de a região ser a mais desigual do mundo– e a pobreza caiu quase 30%. Mesmo assim, dos 600 milhões de habitantes, 170 milhões são considerados pobres.

A maior preocupação está na manutenção destas conquistas, considerando as lacunas estruturais existentes na América Latina. Objetivo que passa a ser prioritário, por parte da AOD, como declararam as principais organizações multilaterais dedicadas à cooperação para o desenvolvimento na região a partir de sua intenção de impulsionar um "crescimento económico inclusivo".

O COMPROMISSO DA AOD COM A AMÉRICA LATINA, PERANTE UMA ETAPA DE DIFICULDADES ECONÓMICAS

O compromisso da cooperação internacional com a América Latina parece claro. Ele foi manifestado na "Declaração Conjunta das Instituições Financeiras Internacionais na Sétima Cúpula das Américas", realizada na Cidade de Panamá em abril de 2015¹⁹.

Neste documento, "as principais instituições financeiras interna-

cionais na região, o Grupo Banco Mundial (GBM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) comprometem-se em apoiar os esforços dos governos na região para preservar e expandir os sucessos económicos e sociais da última década"... "Cientes de que os fatores externos que contribuíram para tais conquistas mudaram (...) o BID, CAF e o GBM colocamos à vossa disposição os nossos recursos financeiros, o nosso conhecimento e poder de convocação. Só em termos financeiros, as três instituições esperamos fornecer nos nossos respetivos anos fiscais de 2015 mais de US\$ 35 biliões à América Latina e Caraíbas: US\$ 12,5 bi do BID, US\$ 12 bi da CAF e \$ 11 bi do GBM".

Esta preocupação, expressada com total clareza por estas organizações, mostra a inquietação com um retrocesso social perante a nova conjuntura económica. Para isso, a sua proposta de contribuir com o desenvolvimento latino-americano, neste momento tão crítico, ajusta-se aos orçamentos de um conceito de desenvolvimento multidimensional e inclusivo. Ditas organizações são cientes de dois aspetos fundamentais para que a sua contribuição seja bem-sucedida. Em primeiro lugar, pretendem contribuir para "fechar amplas lacunas de competitividade" através deste enfoque multidimensional, já que entendem que, adotando como objetivo "sociedades mais jus-

¹⁹ <http://www.iadb.org/es/noticias/anuncios/2015-04-10/declaracion-de-ifis-para-la-vii-cumbre-de-las-americas,11130.html>.

“A região está perante um grande desafio, pois deve evitar o retrocesso dos avanços conseguidos”

tas”, é preciso investir em capital humano, infraestrutura, inovação, assim como em políticas que melhorem a igualdade de género, o acesso das pessoas de baixo rendimento a alimentos, moradias, água potável, saneamento, da mesma forma que ao atendimento de saúde, educação e empregos de qualidade. Definitivamente, políticas sociais que desenvolvam o potencial das pessoas.

Em segundo lugar, entendem que as soluções deverão ser realizadas “à medida”. Neste sentido, a declaração também contempla a proposta das Nações Unidas relativamente à necessidade da participação ativa dos países recetores, de acordo com as particularidades de cada realidade. Por isso, a citada declaração reforça que as soluções a serem aplicadas “estarão nas mãos de cada país, que deverão elaborar o melhor caminho a seguir”.

Tudo indica que a América Latina retorna aos fluxos da cooperação internacional: um apoio imprescindível e necessário, ainda sendo uma região de rendimento médio, principalmente num momento de dificuldades. Não resta dúvida da grande contribuição que a cooperação internacional pode proporcionar.

4. CONCLUSÕES

A evolução do conceito de desenvolvimento observado passou a ser assumida pela cooperação internacional. Neste

sentido, após a superação das teorias desenvolvimentistas, a centralidade adquirida pelo ser humano configura-se como o marco com o qual os ODM são desenvolvidos. No entanto, a experiência destes últimos anos evidenciou que este passo, apesar de sua importância, não era suficiente. A adoção do rendimento per capita como indicador para medir a pobreza “camuflou” lacunas estruturais que afetam a América Latina.

Só mediante a adoção de um conceito de desenvolvimento multidimensional e flexível, que analise, em cada caso, as principais lacunas estruturais, será possível uma autêntica contribuição por parte da cooperação internacional.

A adoção deste conceito de desenvolvimento para a América Latina possui uma grande transcendência por vários motivos. Em primeiro lugar, porque torna possível que a região possa voltar a ser beneficiada pela cooperação internacional para o desenvolvimento e, em segundo lugar, porque tal conceito proporciona muito mais possibilidades de eficácia e sucesso à cooperação. A região está perante um grande desafio, pois deve evitar o retrocesso dos avanços conseguidos num momento de dificuldades. Neste contexto, a possibilidade de contar com a cooperação internacional, sem dúvida, será um apoio fundamental para atingir este objetivo.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE RH

Daniel Moreno
Gerente de RH
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de RH
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Karina Valencia
Gerente de RH
para América do Norte, América
Central e Caribe
kvalencia@llorenteycuenca.com

Cink.

Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

ESPAÑA E PORTUGAL**Barcelona**

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

EUA**Miami**

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

600 Brickell Avenue. 20th floor
Suite 2020
Miami, Florida 33131

**MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL
E CARIBE****México DF**

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, México D.F.
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis.
Edificio Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA**Bogotá**

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

Lima

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro.
Tel. +51 1 2229491

Quito

María Isabel Cevallos
Diretora
micevallos@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edificio World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL**Buenos Aires**

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente conselheiro
para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sénior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desarrollando-ideas.com

www.revista-uno.com.br